

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNPS, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente desta sessão; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira e Welington Gomes Pimenta, representantes titular e suplente, respectivamente, da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Rafael Martins Neto, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, representante suplente da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das atas da 69ª e 70ª Reunião Ordinária e 31ª Reunião Extraordinária; 2) Apresentação das políticas a serem fomentadas pela SENASP em parceria com os Estados e os Municípios – Exercício 2011; 3) Apresentação do Edital de Seleção de Pública para projetos Municipais e diretrizes estaduais (Dr. Alberto Liebling Kopittke).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente saudou e deu as boas-vindas aos novos Conselheiros. Em seguida fez os seguintes comentários: a) esclareceu que a Presidente, Dra. Regina Miki, estava ausente porque inesperadamente foi designada para representar o Ministro de Estado da Justiça em compromisso no Estado do Espírito Santo; b) apresentou, a pedido da Secretária, a equipe de Diretores que compõem a estrutura da SENASP; c) explicou que na nova gestão da SENASP, as propostas de convênios serão selecionadas mediante edital de chamamento e os pedidos de aquisições diretas serão centralizados em setor criado especificamente com a finalidade de padronizar os procedimentos de aquisições diretas da SENASP; d) informou que no orçamento do FNPS de 2011 foi inserida uma ação orçamentária destinada à copa do mundo de 2014, todavia a execução dos recursos desta ação ficará a cargo da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos que será criada no âmbito do Ministério da Justiça, razão pela qual todas as demandas vinculadas à citada ação orçamentária passarão pelo Conselho Gestor do FNPS. Dito isso, ele informou que adiante seria solicitada a inclusão extra pauta de pedido de autorização para pagamento de passagens e diárias relacionadas à mencionada Secretária; e) informou o valor destinado ao FNPS na Lei Orçamentária Anual/2011, o valor que será gasto pela SENASP e pela futura Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos e o limite orçamentário liberado para a execução do Fundo. Finalizando, ele relatou que o Ministro José Eduardo Cardozo ao iniciar sua gestão demonstrou especial preocupação com o passivo de prestações de contas de convênios existentes no Ministério da Justiça e por isso determinou que fosse criado um grupo de trabalho na SENASP para atuar pontualmente neste aspecto. O Grupo de Trabalho foi criado por meio da Portaria nº 06, de 17/03/2011 e há aproximadamente três meses vem desenvolvendo tarefas neste sentido. O Presidente fez considerações ressaltando a importância do trabalho do citado Grupo e passou a palavra ao Dr. João Batista, coordenador do Grupo de Trabalho e Coordenador-Geral de Fiscalização da SENASP. O Servidor João Batista Mendes fez um breve relato sobre as atividades do Grupo, destacando os seguintes pontos: A Portaria nº 06 que criou o Grupo de Trabalho; A missão do Grupo: sanear o passivo de prestação de contas da SENASP no menor tempo possível; O objetivo do Grupo: produção de aproximadamente 420 pareceres no período de 06 meses, com foco no saneamento definitivo dos processos, levando-se em conta os aspectos técnicos e financeiros. Neste contexto, ele anunciou a edição da Portaria nº 458, de 12/04/2011, que disciplina a celebração, o acompanhamento, a fiscalização e a prestação de contas de convênios e demais instrumentos utilizados pelo Ministério da Justiça e destacou os principais pontos da Portaria no âmbito das prestações de contas e fiscalização de convênios. Retornando ao assunto do Grupo de Trabalho, ele destacou os critérios para priorização da análise dos processos de prestação de contas, a saber: prestações mais recentes, em razão da maior facilidade de obtenção de respostas às diligências; Prestações de contas cujos convênios estejam consignados em demandas dos órgãos de controle; prestações de contas da ação reaparelhamento; prestações de contas

das demais ações da SENASP. Posteriormente, ele falou sobre o marco inicial do trabalho, isto é, um passivo de 1.162 prestações de contas, sendo que deste total 436 foram analisadas somente pela área financeira e 726 não tiveram análise tanto das áreas técnica quanto financeira; O servidor encerrou sua exposição apresentando as estatísticas que demonstravam a evolução do trabalho do Grupo; Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho indagou qual o número de prestações de contas rejeitadas pela SENASP. O servidor explicou que de acordo com a legislação em vigor quando são encontrados fatos que impedem a aprovação das prestações de contas, elas entram em Tomada de Conta Especial – TCE. O citado conselheiro observou que os quadros projetados não davam a dimensão do universo das prestações de contas em valores monetários e sugeriu que fosse apresentado ao Colegiado um quadro contendo os valores das prestações de contas apresentadas, aprovadas, reprovadas e em análise, porque a partir destes valores seria possível fazer uma análise mais aprofundada da situação apresentada. Na seqüência, os demais conselheiros fizeram comentários gerais sobre a exposição feita.

Iniciada a Pauta, as atas das Reuniões Ordinárias (69^a e 70^a) e da Reunião Extraordinária (31^a) foram aprovadas por unanimidade.

Antes da exposição do item 2, o Diretor do Departamento da Força Nacional, Alexandre Augusto Aragon, fez uma rápida exposição sobre a Força Nacional abordando diversos temas relacionados com a atuação e as operações da Força. Na seqüência, o Dr. Alberto Liebling Kopittke aprestou as políticas que serão fomentadas pela SENASP, em parceria com os Estados e os Municípios, no Exercício 2011. Preliminarmente, o servidor explicou que a Secretária determinou que fosse elaborada na SENASP uma única política de segurança, com isso todos os Departamentos atuarão induzindo uma mesma política e, por conseguinte será possível potencializar e somar os recursos do PRONASCI e do Fundo. Em razão desta concentração de esforços serão apresentados alguns temas na reunião que fazem parte da Política que está sendo desenhada, mas não são afetos ao Colegiado. Os principais pontos abordados foram os seguintes: 1) As fontes de recursos da SENASP: PRONASCI, PACII e FNPS; 2) A incorporação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI na SENASP e as principais mudanças que a nova gestão realizará na dinâmica de trabalho deste Programa, como por exemplo: critérios de seleção e indicadores de acompanhamento, fluxo de execução, diminuição da pulverização de recursos executando as ações nos estados/municípios de forma integrada, sincronizar a execução de alguns projetos ao momento adequado (ex.: pacificação do território antes da realização de trabalho com jovens), dentre outras; 3) O foco da política de segurança pública: Redução de Homicídios. Neste contexto, o servidor destacou que a política de segurança do novo Governo ainda estava sendo elaborada, portanto alguns pontos que serão colocados, em que pese estarem em estado avançado de discussão, poderão sofrer modificações porque ainda não foram aprovados pela Presidenta; 4) O Plano foi norteado pelas seguintes idéias: ser sistêmico, priorizar a redução dos homicídios e da criminalidade, melhorar a sensação de segurança no País de maneira eficaz e sustentável, por meio da integração do planejamento e da qualificação da gestão; 5) No Plano foram consubstanciados valores como: promoção da cultura de paz; preservação da vida; fortalecimento de valores democráticos; cidadania; defesa e promoção dos direitos humanos; 6) Os motivos que levaram o foco da política a ser a redução de homicídios. Neste contexto, foram projetados diversos quadros contendo dados e índices estatísticos relativos aos homicídios ocorridos no Brasil sob várias perspectivas; 7) As quatro grandes experiências de redução de homicídios ocorridas no Brasil e os principais focos de cada uma destas experiências; 8) Os quatro eixos da nova política de segurança; e, 9) Apresentação dos principais aspectos do Plano Estratégico de Fronteiras. Registra-se que a exposição foi rica em detalhes e bastante extensa, por este motivo, os conselheiros optaram por fazer comentários e perguntas ao logo da exposição. Após o encerramento deste tópico, foi exibido vídeo contendo mensagem de boas-vidas da Presidente do CGFNPS, Dra. Regina Maria Filomena de Luca Miki, aos Conselheiros. A exibição do vídeo foi programada para o início da reunião, contudo devido a problemas técnicos foi exibido posteriormente.

Na seqüência, o Presidente da Sessão e o Conselheiro Paulo Machado retomando ao assunto exposto no início da reunião acerca da inclusão de ação orçamentária no FNPS para a copa do mundo de 2014, informaram que nos próximos dias será publicado decreto que criará a Secretaria Extraordinária de

Grandes Eventos – SESGE, cujo titular será o Delegado de Polícia Federal, Dr. José Ricardo Botelho de Queiroz. Dito isso, o Conselheiro Paulo Machado explicou que algumas atividades já estavam sendo desenvolvidas pela equipe que atuará na SESGE, por este motivo fazia-se necessário despende gastos com o pagamento de diárias e passagens aéreas para estes servidores e colaboradores. O citado Conselheiro esclareceu que os primeiros gastos com estas atividades foram arcados pelo Gabinete do Secretário-Executivo/MJ, porém devido ao corte de 50% nos limites de passagens e diárias estas despesas estavam impactando o limite orçamentário da Secretaria-Executiva. Por outro lado, na ação orçamentária do Fundo que será destinada à SESGE existe previsão para despesas de deslocamentos. Ante o exposto, foi solicitada a apreciação extra pauta de pedido de autorização para pagamentos dos mencionados gastos. O Colegiado aceitou que o pedido fosse apresentado extra pauta e em seguida foram feitos questionamentos sobre a quantidade de servidores e de deslocamentos, o valor do total do gasto e os prazos de início e fim dos deslocamentos. O Dr. Paulo Machado informou que não dispunha destes dados porque este assunto seria apresentado pelo Dr. Botelho, contudo, não foi possível o comparecimento dele na reunião porque ele estava participando de evento fora do País. O Conselheiro Carlos Rogério Ferreira Cota sugeriu que o pleito fosse detalhado com dados como: nomes, locais de deslocamentos, prazos e valores e, posteriormente fosse enviado por e-mail aos Conselheiros. O Presidente também anuiu a esta proposta que informou que, caso ela fosse acatada, ele solicitaria ao Dr. Botelho que o encaminhamento ao Conselho de planilha contendo o detalhamento solicitado. Em seguida, a proposta foi acolhida por todos os Conselheiros. Por fim, cabe consignar que em razão do adiantado da hora o item 3 da Pauta não foi apresentado.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e vinte e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Presidente da Sessão

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Rafael Martins Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procuradoria-Geral da República